

**TRABALHO DOCENTE EM COMUNIDADES EMPOBRECIDAS E OS
DESAFIOS DECORRENTES DO ENSINO REMOTO: UM RECORTE A
PARTIR DA EMEF “AYRTON SENNA” EM CARIACICA-ES¹**

Flávio Gonçalves de Oliveira²

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

pflavio.filosofia123@gmail.com

Introdução

O presente estudo tem como proposta problematizar o trabalho docente em contextos empobrecidos e os desafios decorrentes do ensino remoto, nesse momento de distanciamento social, tendo como recorte a realidade vivenciada na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) “Ayrton Senna, no município de Cariacica-ES. Nasce de nossa prática docente nesse território, do diálogo cotidiano com professores, estudantes, famílias de estudantes, movimentos em defesa da escola pública, numa escuta atenta aos diversos atores que transitam nos espaços escolares. Surge da reflexão gestada a partir dos anseios, angústias, expectativas e incertezas descortinadas pelo atual cenário pandêmico. Nele, tentamos traduzir os sentimentos e as percepções de professoras e professores que, subitamente, passaram a se ver reféns do ensino remoto, em condições precárias, sob a pressão do sistema de ensino que, imbuído da lógica capitalista, está mais preocupado em fornecer resultados quantitativos, maquiagem e manipular números, preencher planilhas e produzir gráficos, na tentativa de dizer que o poder público municipal está garantindo aos estudantes o direito à educação.

Pretendemos nos debruçar sobre uma realidade que é cotidiana na escola pública, do trabalho docente e dos contextos dos estudantes e suas famílias, mas que, em épocas de aparente normalidade, fica escondida e não é problematizada. Além das controversas questões pedagógicas referentes ao ensino remoto, buscamos, ainda, refletir sobre o processo de exclusão dos estudantes em situação de pobreza e de extrema pobreza, já que

¹ O presente estudo nasceu das provocações fomentadas pelo Grupo de Estudos em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (GEEPDS/Ufes).

² Professor da Rede Municipal de Cariacica-ES, lotado na EMEF “Ayrton Senna” e vinculado ao Grupo de Estudos em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (GEEPDS/Ufes).

eles não possuem o acesso aos insumos tecnológicos necessários ao ensino remoto, procurando demonstrar como a pobreza tem sido geradora de quadros excludentes e agravantes da desigualdade social (DUARTE; YANNOULAS, 2011). Assim, escancara-se o fato de que o ensino remoto, nas comunidades empobrecidas, tem privado os sujeitos do direito à educação.

Além da situação de abandono e exclusão dos estudantes em situação de pobreza e de extrema pobreza, o ensino remoto agravou a condição de saúde dos professores, contribuindo para o adoecimento psíquico desses docentes em decorrência das pressões sofridas e da imposição de uma exaustiva jornada de trabalho, para muito além da carga horária devida. No novo cenário, os professores precisam abastecer as plataformas com os conteúdos curriculares previstos, interagindo com estudantes e familiares por meio de redes sociais e grupos de WhatsApp, ficando, muitas vezes, expostos e vulneráveis. Por fim, evidenciou-se a inaptidão de muitos docentes quanto ao uso dos artefatos necessários para a viabilização do ensino remoto, bem como a exclusão digital a que muitos são submetidos, principalmente nas regiões periféricas.

Metodologia

O estudo se pauta nos instrumentais metodológicos da pesquisa-ação, uma vez que ela dialoga com os diversos atores que transitam nos espaços e contextos escolares, permite um olhar mais atento às questões da coletividade, propicia o compartilhamento de vivências e de experiências e estabelece uma relação direta com os contextos vivenciados no local em que ela se insere. Assim, permite que os sujeitos nela envolvidos estejam em colaboração mútua, já que o seu desenvolvimento se dá de forma participativa (THIOLLENT, 1992).

Desse modo, projetamos uma pesquisa em contínuo diálogo com os/as atores/as envolvidos/as no processo. Dada a sua natureza qualitativa (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010), partimos da observação crítica dos grupos de WhatsApp de docentes e estudantes destinados ao ensino remoto, das plataformas virtuais usadas nesse percurso, das reuniões de formação continuada realizadas por meio de aplicativos de videoconferência e de questionários enviados a grupos de professores, visando coletar suas percepções acerca do trabalho remoto, do alcance e da eficácia dessas atividades nos contextos de pobreza e de extrema pobreza e das condições em que o trabalho docente

está sendo realizado. A coleta e análise dos dados, a observação e percepção dos territórios já descritos e a interação nos espaços virtuais usados para o ensino remoto compreenderam os meses de março a setembro, do corrente ano, e estão dando suporte às articulações feitas nesse exercício.

Desenvolvimento

A pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) agudizou as contradições presentes na escola pública brasileira e trouxe, para o centro do debate público, a precarização do trabalho docente e o controverso ensino remoto. Entretanto, os territórios escolares situados em comunidades empobrecidas já vinham sendo impactados pelas políticas neoliberais que, embaladas pela lógica da austeridade fiscal sob a batuta do mercado financeiro, têm resultado em poucos recursos no campo das políticas públicas voltadas para a educação, na carência de investimentos na infraestrutura das escolas e na desvalorização, cada vez mais acentuada, do trabalho docente.

Esse cenário já se desenhava desde 2016, quando temos o retorno explícito da agenda ultra liberal no país, no âmbito do governo Temer, sendo a educação uma das principais áreas atingidas. Os ataques à educação pública ficaram mais evidentes com a Emenda 95, que abalou as estruturas básicas de toda uma rede de proteção social consagrada na Constituição Federal de 1988 e atingiu, drasticamente, vários direitos sociais básicos, entre eles, o direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Na prática, representou o rompimento com determinadas obrigações do Estado brasileiro, congelou investimentos em setores cruciais, como educação e saúde, e enfraqueceu as políticas sociais até então em curso. Assim, o desmantelamento da educação pública já estava posto no pré-pandemia e foi ainda mais agravado por ela.

O cenário pandêmico desvela uma crise já vivenciada nos contextos escolares, em comunidades empobrecidas. Segundo Santos (2020), ele expõe as contradições geradas pelo Capitalismo para justificar os cortes nas políticas sociais e a legitimação dos mecanismos de desvalorização dos trabalhadores. A crise evidenciada pela pandemia, portanto, já estava posta como realidade projetada pelo sistema econômico vigente, faz parte da lógica dos mercados financeiros, é um artifício permanente e com um objetivo claro: não ser resolvida. Assim, ela é necessária para legitimar a “escandalosa concentração de riqueza” e boicotar medidas que possam corrigir as desigualdades sociais

(SANTOS, 2020, p. 6). Constatamos, então, que a pandemia agravou a situação a qual uma grande parte da população já estava submetida.

Ao analisamos a realidade particular de Cariacica-ES, segundo um estudo realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), com base nas famílias inscritas no cadúnico, em 2019, o município está entre os que apresentaram as maiores taxas de pobreza, nos vários segmentos pesquisados, chegando a um percentual de 84,7% (IJSN, 2019, p. 14). Essa perspectiva tem contribuído para a precarização do trabalho docente e negado aos estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza o acesso ao conhecimento, já que o alcance do ensino remoto nas comunidades empobrecidas torna-se deficitário pela exclusão digital que é mais uma face do processo de exclusão social (BONILLA; OLIVEIRA 2011).

Postas essas premissas, observamos que o trabalho docente via ensino remoto ficou reduzido a um mecanismo burocrático e não atingiu sua função pedagógica e social. Isso porque os docentes não foram adequadamente capacitados para a utilização das ferramentas necessárias a essa modalidade; depois, os recursos disponíveis – quando existem – se apresentam obsoletos diante das demandas exigidas. Evidenciamos, por um lado, a inaptidão de muitos docentes em relação ao uso desses dispositivos de ensino, ao manuseio de artefatos tecnológicos e, por outro lado, a disponibilidade desses instrumentos de trabalho em condições adequadas para uso. Em relação aos estudantes, serviu basicamente para manter o vínculo deles com a escola, evitando a evasão em massa. Contudo, quanto à apropriação do conhecimento, é uma ferramenta limitada, tendo em vista que a maioria não tem acesso à internet e nem dispõe de recursos básicos para navegação em rede.

A saúde dos docentes, também, foi afetada no aspecto psíquico e emocional, principalmente. Constatamos o agravamento de quadros de ansiedade, estado de pânico e comportamentos depressivos, gerando o afastamento de muitos desses profissionais de suas atividades. A preocupação em manter o emprego diante de um cenário de crise, as incertezas diante da possibilidade de um retorno sem garantias sanitárias e, sobretudo, a pressão das secretarias de educação e dos órgãos gestores foram apontadas como os principais motivos para o adoecimento psíquico e emocional dos docentes. Em suma, detectamos um prejuízo enorme à atividade docente como profissão de relações humanas, fundamental para a garantia do direito ao conhecimento nas comunidades empobrecidas.

Considerações finais

Do desfecho desse estudo, ficou evidente o fato de que as contradições presentes na escola pública brasileira e escancaradas pela pandemia são vividas e sentidas, cotidianamente, pelos atores que transitam nos espaços escolares em contextos empobrecidos. O cenário pandêmico expõe aquilo que estava ali, presente o tempo todo, mas escondido ou camuflado sob o aspecto da pseudo normalidade.

Foi possível constatar, ainda, que o chamado ensino remoto não trouxe ganhos significativos ao processo educativo ou escolar dos alunos, já que a exclusão digital nas comunidades empobrecidas é impeditiva do direito à informação e ao conhecimento.

Por fim, notamos o total despreparo das secretarias de educação, órgãos gestores e afins no enfrentamento das adversidades escancaradas pela pandemia do novo Coronavírus, já que não continham, entre seus quadros, uma equipe de educação e tecnologia qualificada e apta a oferecer aos professores processos formativos adequados para o manuseio das ferramentas necessárias ao ensino remoto, gerando insegurança, ansiedade, quiçá desespero, naqueles que, obrigatoriamente, se viram reféns dessas alternativas.

Referências

- ABET, Associação Brasileira de Estudo e Trabalho. **Relatório técnico: Trabalho docente em tempos de pandemia**. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/relatorio-tecnico-trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 07 out. 2020.
- BONILLA, Maria Helena; OLIVEIRA, Paulo Cezar Sousa de. Inclusão Digital: Ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca. *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*. v. 2. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 15-21.
- CONNELL, R. **Pobreza e educação**. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11- 42.
- DUARTE, N. S; YANNOULAS, S. C. **O percurso escolar da população em situação de pobreza**. In: 34ª Reunião Anual da Anped. Natal/RN, 2011.
- IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Perfil da pobreza no Espírito Santo: Famílias inscritas no cadúnico*. Vitória, ES, 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. São Paulo. *Revista Educação e Pesquisa*. v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Documento orientativo sobre o funcionamento remoto das escolas de Cariacica**. Circular interna/SEME-GAB-PMC – nº 242/31 de julho de 2020.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedinas, 2020.
- THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1992.